

PSICANÁLISE E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO: QUESTÕES PARA ALÉM DA DIFERENÇA SEXUAL

Psychoanalysis and Gender Dissent: Beyond Sexual Difference

Psicoanálisis y Disidencia de Género: Cuestiones más Allá de la Diferencia Sexual

Psychanalyse et Dissidence de Genre: Au-delà de la Différence Sexuelle

10.5020/23590777.rs.v20i3.e9793

Rafael Cavalheiro

Psicanalista, Doutorando em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Milena da Rosa Silva

Psicóloga, PPG Psicanálise: Clínica e Cultura – Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo

Este artigo busca, a partir de uma revisão da bibliografia mais recente no âmbito da psicanálise, discutir algumas questões relativas ao conceito de gênero e às dissidências de gênero em psicanálise, exercitando um pensamento crítico e situado e apontando algumas proposições. Inicialmente, realiza-se uma apresentação do debate sobre gênero e segue-se uma discussão crítica sobre a problemática da diferença sexual. Para tanto, utiliza-se a contribuição de diversas psicanalistas – como Arán, Pombo e Porchat – que, embora não desconsiderem a materialidade do corpo, problematizam a naturalização adquirida por essa noção em psicanálise. Autores como Judith Butler e Paul Preciado são resgatados, posteriormente, à medida que os psicanalistas citados também os mencionam e utilizam seus aportes, os quais servem como analisadores externos para pensar a própria psicanálise. Na última parte, é realizada uma discussão sobre a importância da análise da contratransferência e sua relação com a discussão de gênero.

Palavras-chave: psicanálise; gênero; dissidências de gênero; diferença sexual.

Abstract

Based on a literature review of recent publication in the psychoanalytical field this article aims to discuss some issues related to the concept of gender and gender dissent in psychoanalysis, exercising a critical and situated thinking and pointing out some propositions. Initially, a presentation of the gender debate takes place, followed by a critical discussion on the issue of sexual difference. Therefore, the contribution of several psychoanalysts such as Arán, Pombo and Porchat - who, while do not disregard the materiality of the body, problematize the naturalization acquired by this notion in psychoanalysis. Authors such as Judith Butler and Paul Preciado are later discussed as the aforementioned psychoanalysts also mention them and make use of their contributions, which serve as external analyzers to reflect on psychoanalysis itself. In the last part, over the last part, the importance of countertransference is brought to discussion, along with its relationship to gender discussion.

Keywords: psychoanalysis; gender; gender dissent; sexual difference.

Resumen

Este artículo busca, a partir de una revisión de la bibliografía más reciente en psicoanálisis, discutir algunos temas relacionados al concepto de género y las disidencias de género en psicoanálisis, ejercitando el pensamiento crítico y situado y señalando algunas proposiciones. Inicialmente, realizamos una presentación del debate sobre el género, seguido de una discusión crítica sobre el tema de la diferencia

sexual. Para tanto, utilizamos a contribuição de diferentes psicanalistas, como Arán, Pombo y Porchat, que, sin ignorar la materialidad del cuerpo, problematizan la naturalización adquirida por esta noción en psicoanálisis. Autores como Judith Butler y Paul Preciado son abordados más tarde, ya que los psicanalistas anteriormente mencionados también los mencionan y utilizan sus contribuciones, que sirven como analizadores externos para pensar sobre el propio psicoanálisis. En la última parte, es hecha la importancia del análisis sobre la contratransferencia y su relación con la discusión de género.

Palabras clave: género, psicoanálisis, disidencias de género, diferencia sexual.

Resumé

Dans cet article, je réalise une révision de la littérature actuelle en Psychanalyse sur ce qui concerne le genre : son concept et ses dissidences. Tout en proposant une lecture critique et située de cette bibliographie, quelques arguments sont ajoutés au débat. La première partie de ce travail est dédiée à une brève présentation sur les débats sur le genre. A cela, il se suit une discussion critique sur la problématique de la différence sexuelle. Pour atteindre cet objectif, je prends en compte et fais jouer les contributions théoriques de quelques psychanalystes – comme Arán, Pombo et Porchat – lesquelles ne déconsidèrent pas la matérialité du corps, mais qui problématisent la naturalisation que l'on donne à cette notion en Psychanalyse. En plus, je travaille avec quelques concepts de Judith Butler et Paul B. Preciado, souvent comme un regard externe lancé à la psychanalyse. Dans la dernière partie, je débats l'importance de bien saisir le contretransfert et je souligne son rapport avec la discussion sur le genre en Psychanalyse.

Mots-clés: psychanalyse; genre; dissidence de genre; différence sexuelle.

Gênero: Um Conceito Híbrido

Neste artigo, começaremos apresentando diferentes formas de entendimento acerca do conceito de gênero, destacando seu caráter híbrido e político. Nossa hipótese de trabalho, baseada em uma revisão bibliográfica de artigos recentes no âmbito da psicanálise brasileira, é que, quando o discurso psicanalítico não leva em consideração a pluralidade do gênero, há uma tendência a produzirem-se leituras reducionistas e patologizantes em relação a sujeitos que questionam a norma binária de sexo e gênero. Entendemos que parte dessas leituras são produzidas quando a diferença sexual é tomada como um invariante antropológico necessário para a manutenção da ordem simbólica. Os efeitos dessas produções apontam para uma colagem entre dissidências de gênero, apagamento de diferenças e negação da materialidade do corpo/real do corpo, entre outras interpretações pré-formatadas e pouco atentas às singularidades dos sujeitos, e podem gerar perturbações na escuta analítica.

A fim de evitar generalizações e deslizes teóricos, gostaríamos de seguir os passos sublinhados por Zambrano (2018) e apontar algumas diferenças que se colocam ao que se define por *gênero* quando este se aplica à especificidade de cada campo de pensamento. Apesar do conceito de gênero ser comum a várias disciplinas, quando trabalhado em um viés psicanalítico toma uma compreensão diferente da maneira como pode ser lido, por exemplo, no contexto da antropologia ou da história, visto que esse conceito atua no entrecruzamento de diversas disciplinas, é impossível sua categorização definitiva em uma ou outra esfera de discussão (Rodrigues, 2017).

Assim, quando muitos psicanalistas pensam o gênero (Stoller, Bleichmar e Laplanche¹, por exemplo), associam-no a processos psíquicos, a identificações e à identidade que o sujeito constrói a partir de determinados eventos, tanto internos quanto externos. Por essa leitura, a atribuição do gênero se dá conforme as normas familiares e a “cultura”. A referência central dessa sistemática, porém, encontra-se no indivíduo e no processo individual.

Quando a antropologia é tomada como ferramenta para aproximação da questão do gênero, trabalha-se o conjunto de regras e normas que agem sobre o sujeito sexuado, que é dependente de fatores socioculturais que são variáveis no tempo, no espaço e na história. Apesar de não ignorar os processos internos de um indivíduo, estes não se colocam como pontos centrais da discussão, sendo realçada a proposta de pensar, por exemplo, as categorias sociais que se impõem a um corpo sexuado (Rubin, 1975/2017).

Já para os estudos feministas e *queer*, o gênero é pensado de maneira indissociável do político. Nesse campo, as propostas são feitas tendo como referencial um enlaçamento entre prática e teoria – mesmo que, no caso da primeira, trate-se de uma prática do discurso. Seja agindo, seja operando uma militância, seja em estratégias que assegurem direitos sociais, são eixos

1 Por uma questão de espaço não nos debruçaremos em esmiuçar as concepções sobre o gênero desses autores, o leitor interessado pode consultar Cavalheiro (2019), no qual cada um dos autores supracitados é discutido.

elementares dessa temática as construções discursivas e os recursos de existência ou resistência em diferentes contextos. Preciado (2011, p. 14) diz que o gênero “não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos [...] que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais”. Também se poderiam citar aqui as elaborações sobre gênero nos campos da linguística e da literatura, que tornam ainda mais visível o fato de que a significação desse conceito depende do contexto no qual ele é trabalhado. Ainda, podemos constatar que *gênero* é um conceito que não se limita a debates acadêmicos e teóricos – e tampouco ao léxico de uma militância –, mas que faz ver suas repercussões no cenário político.

Quando pensamos o gênero na psicanálise, este não deixa de ter um aspecto ético e político (Cunha, 2016a; Mattos & Cavalheiro, 2020; Porchat, 2014). Obviamente, o que toma especial valor para uma leitura psicanalítica é o reconhecimento do caráter singular de cada situação em que se atravessam fatores relacionados ao gênero – o que deveria se colocar como condição *sine qua non* do trabalho clínico. Assim, importa pensar e repensar os processos de nomeação do sujeito na sua relação com determinados contextos, estabelecendo uma escuta não prescritiva dessas possibilidades, que permita o reconhecimento de tais em uma malha discursiva de maneira a tornar viáveis as alternativas que decorrem desse processo. É nesse sentido que este artigo tem importância sociopolítica e pode contribuir para repensar as coordenadas teórico-clínicas da psicanálise, ponderando “como a ordem simbólica e política do social é a condição de possibilidade para a produção de sujeitos funcionando segundo certas regularidades psíquicas, e não conforme outras” (Birman, 2000, p. 99).

Seguindo na psicanálise, Porchat (2018) mescla sua trajetória e a forma como pensa o conceito de gênero na psicanálise com a própria historicidade do conceito nas produções psicanalíticas brasileiras, destacando que, até 2007, não havia espaço para pensar sobre essas questões: “gênero e psicanálise já estavam em diálogo na Argentina desde 1980 e Butler já havia sido traduzida [para o espanhol] na década de 1990. Em 2007, quando defendi minha tese de doutorado, ninguém falava disso no Brasil” (Porchat, 2018, p. 38). A psicanalista comenta sobre a imensa proliferação da discussão sobre gênero nos últimos 10 anos e também sobre como Judith Butler se tornou uma referência para os psicanalistas. Também marca que, por diversas razões, observa-se um amplo interesse por parte do discurso psicanalítico brasileiro nas temáticas relativas às transidentidades² e às travestilidades, de modo que “a psicanálise no Brasil começou a olhar as pautas feministas através da visibilidade que a transexualidade alcançou a partir de 2010” (Porchat, 2018, p. 40).

Para Ambra (2018), a psicanálise lacaniana é aquela que paradoxalmente mais resiste ao diálogo com as teorias de gênero, ao mesmo tempo em que “se prestaria muito bem a esse tipo de confrontação” (p. 82). O autor também se mostra crítico à postura de parte dos psicanalistas, que advogam por uma primazia absoluta da clínica, sendo esta considerada local onde pode ser encontrada a “verdadeira” psicanálise³. Por essa visão, a preocupação com as reivindicações feministas ou das teorias “do gênero” agiriam no sentido de “sociologizar” a psicanálise. Essas ideias podem ser encontradas em Goldenberg (2018)⁴ e na argumentação de Rio Teixeira (2017), que teme uma proliferação de “leituras butlerizadas” de Lacan, produzida por *stalkers* acadêmicos, o que, para o autor, provocaria confusão em todos aqueles que se aproximam da psicanálise.

Diferença Sexual em Debate: Questionamentos Psicanalíticos

“Vivemos um momento de crise do paradigma científico da diferença dos sexos” (Preciado, 2019).

A partir da leitura de produções de psicanalistas que vêm se dedicando a estudar profundamente questões de gênero, apresentaremos algumas contribuições que não tomam a diferença sexual como: 1) uma decorrência natural e inquestionável; 2) sinônima do registro lacaniano do real; 3) alvo de ataques das teorias de gênero e *queer*, as quais advogariam pela sua abolição, gerando *pane social*. Além disso, também serão apresentadas algumas contribuições de Paul Preciado e Judith Butler, pois ambos se tornaram referências para parte do discurso psicanalítico – seja por um viés mais crítico aos seus aportes, seja para um diálogo que parte de algumas de suas concepções para repensar certas balizas teóricas. Nós nos aproximamos mais do segundo grupo, por entender que diversos pontos levantados por Preciado e Butler podem fornecer pontos interpretativos menos saturados⁵.

2 Utilizaremos aqui o termo transidentidades ao invés de transexualidade, seguindo autores como Eduardo Leal Cunha e Thamy Ayouch. Uma das razões para tal é a consideração que os termos: “transexual”, “transexualista”, “transexualismo” são oriundos do discurso médico e foram apropriados pela psicanálise em leituras que historicamente patologizaram as identidades trans e travestis.

3 A respeito deste tema, sugerimos a leitura do comentário de Ayouch (2015a, p.44) sobre a utilização do recurso à clínica.

4 Estamos nos referindo especificamente à parte do livro que trata da temática de gênero

5 Este artigo faz parte de uma pesquisa maior (Cavalheiro, 2019), a qual analisou a recepção dos estudos de gênero e da teoria *queer* na psicanálise brasileira nos últimos 10 anos. Em relação à temática da diferença sexual, a maioria das publicações se concentra nesses três itens mencionados

A questão da diferença sexual se coloca desde (e, sobretudo, por) Freud, no texto sobre as *teorias sexuais infantis* (Freud, 1908/2015), quando o psicanalista sustenta que nada chama mais a atenção de uma criança e lhe é mais enigmático que a diferença anatômica dos sexos. Em 1931, diz que a primeira distinção que fazemos quando vemos outro ser humano é separá-lo em homem ou mulher (Freud, 1931/2010a). Freud (1925/2011), em *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, destaca a ênfase psíquica dessa diferença, embora declare, paradoxalmente, que “a anatomia é o destino”, mostrando-se reticente às demandas feministas. Em Lacan, especialmente a partir dos anos 70, a diferença dos sexos pode ser expressa nas formas do sujeito se situar na linguagem diante das modalidades de gozo, não tendo relação direta com a anatomia. Apesar das colocações e proposições dos autores, muita incompreensão se colocou ao redor desse debate⁶.

As questões colocadas pela “diferença sexual” são historicamente problemáticas não só dentro do discurso psicanalítico, mas também fora dele (Ayouch, 2015b). Por muito tempo, no discurso pós-freudiano, prevaleceram teorias que partiam de uma associação direta entre homossexualidade e um apagamento ou negação da diferença sexual (às vezes escrita como diferença dos sexos). Isso também se aplicava à bissexualidade, em relação a qual algumas leituras estereotipadas apontavam um drible à castração (Green, 1999; Pontalis, 2005) e, conseqüentemente, também seria uma forma problemática de se posicionar diante dessa diferença. Autores como Rassial (2004, p. 147) chegam a advogar que um dos “momentos importantes da identificação é o da renúncia definitiva e radical à bissexualidade”. São recentes⁷, pelos menos, nas produções psicanalíticas brasileiras, problematizações que apontam para o caráter histórico e hierárquico ocupado pela diferença sexual, por vezes alçada ao estatuto de *diferença das diferenças* no discurso psicanalítico (Rubin & Butler, 2003).

Para Butler (1993, 2004), a leitura engessada da psicanálise sobre esse tema, muitas vezes desconsiderando sua variabilidade histórica, gerou grandes empecilhos no debate com muitas feministas e teóricos/teóricas de gênero, pontos também já anunciados por Rubin (1975/2017) anos antes. Cunha (2016b, p. 14, grifo nosso) destaca que:

[...] enquanto para alguns – como os estudiosos do gênero, feministas e teóricos *queer* – a discussão se refere à configuração e reconfiguração de gênero e, portanto, aos limites e possibilidades de cada um em seus processos singulares de estruturação subjetiva, para o qual o máximo de liberdade é o único horizonte normativo aceitável; para outros tais processos e tal liberdade só podem se fundar na garantia da ordem simbólica ancorada na interdição do incesto e para a qual o *virtual apagamento da divisão binária entre os sexos* se apresenta como ameaça real.

Fiorini (2015) propõe que a “diferença sexual” deve ser pensada junto com a categoria “diversidade”. Ambas podem se comunicar ou não. Seu argumento não se preocupa em separar ou classificar quem supostamente “reconheceria” a diferença sexual de quem não a reconheceria, pois se trata de pensar o funcionamento triádico da mente. Para a psicanalista:

[...] no marco da categoria diferença, também propusemos pensá-la na intersecção de três variáveis: heterogeneidade dos corpos sexuados, diferenças de gênero (baseada nas identificações) e diferença sexual. Essa tríade está atravessada pelas categorias de diferença segundo o consenso cultural, que precisa ser desconstruído. (Fiorini, 2015, p. 96)

Sua aposta teórica de pensar a diferença pela via da diversidade apoia-se em sua leitura do pensamento complexo de Edgar Morin, buscando, assim, um paradigma epistemológico que não se apoie em dicotomias excludentes e considere as múltiplas variáveis em jogo para a constituição da categoria diferença (Fiorini, 2017). A diferença sexual seria apenas uma entre múltiplas possibilidades de acesso à tal categoria.

Autoras e autores, como Sodré e Arán (2012), Ambra (2017) e Pombo (2016, 2018), trabalham propositivamente no sentido de desfazer a associação direta entre transgressão de gênero e um imaginário da negação da diferença sexual. As primeiras retomam o trabalho de Thomas Laqueur (1990), que explica como a naturalidade em relação à diferença dos sexos nem sempre foi tão evidente. Ela se dá na passagem do século XVIII (quando predominava a compreensão do sexo único) para o século XIX, quando “[...] baseado em um paradigma cientificista orgânico, o sexo anatômico e biológico passa a determinar a diferença entre uma essência natural do sexo masculino e outra do sexo feminino” (Sodré & Arán, 2012, p. 300). Esse não reconhecimento histórico tem efeito em teses clássicas da psicanálise que não distinguem dimorfismo sexual de diferença,

no texto. Por uma opção metodológica e de espaço, privilegiamos, neste artigo, a escolha por autores mais propositivos e abertos ao diálogo com as teorias feministas, de gênero e *queer*.

6 Uma discussão como essa é muito complexa e ampla, porém abarcá-la com a devida atenção, pelo menos em Freud e Lacan, excede o escopo e as possibilidades deste trabalho. Para tanto, destaco a tese de Mariana Pombo (2016) e o *mémoire* de Paula Gruman (2018), que fazem um longo e profícuo debate com consistência sobre o tema em questão.

7 Poderíamos destacar aqui o trabalho de Arán (2009) e da argentina Leticia Fiorini (2015, 2017), aqui citada, pois tem sido uma presença recorrente em eventos brasileiros que tratam dos temas diferença sexual, gênero e parentalidades.

de modo que “a experiência do masculino é adotada como paradigma hegemônico da subjetividade, restringindo as outras formas de subjetivação a um lugar marginalizado, de não reconhecimento” (Gruman, 2018; Sodré & Arán, 2012, p. 298).

Ambra (2017, p. 115) faz uma crítica política ao discurso de parte da comunidade lacaniana, “receosa com a perda de ações no mercado do saber/poder sobre a sexualidade”, que mantém posições dogmáticas em que sujeitos não binários, por exemplo, negariam a diferença sexual. O psicanalista dirá justamente o contrário, destacando que as “identidades minorizadas pelo discurso hegemônico, que insistem em se nomear, ao mesmo tempo que tal nomeação implica seu fracasso ou seu limite, marca aquilo que é mais fundamental no sexual: a *diferença*” (p. 115).

A diferença sexual é *uma forma* de habitar o mundo (Butler, 2004, grifo nosso), ela é produto da história, da medicina, da religião e aparece em um momento estratégico (Laqueur, 1990). Essa discussão é criada, reiterada inúmeras vezes e, logo, materializada. Laqueur (1990) sublinha como Freud inseriu sua teoria dentro do paradigma em voga na transição do século XVIII para o século XIX, de modo que a psicanálise não se furta aos entendimentos vigentes sobre os corpos, afinal, tais entendimentos “[...] são sempre derivados enunciativos de um discurso dominante, logo, não há verdade sobre os sexos sem um discurso que os crie” (Gruman, 2018, p. 30). Seguindo na leitura de Laqueur, Gruman (2018) lança uma hipótese interessante sobre os textos freudianos (1931/2010a, 1933/2010b, 1925/2011) em que a sexualidade feminina ganha destaque. Para a autora, pela dificuldade de pensar para além da ordem fálica, Freud estaria se reaproximando do paradigma do sexo único, tal como Laqueur menciona, no sentido de o falo ser o correspondente desse paradigma. Nesse sentido, “a diferença sexual em psicanálise é tão construída quanto o gênero” (Gruman, 2018, p. 37). Esse também é um dos caminhos apontados por Arán (2009), para quem a diferença sexual em Freud e Lacan é uma forma masculina de se pensar sobre a história dessa diferença na cultura ocidental.

Sobre as questões envolvendo a diferença sexual e os estudos *queer*, podemos destacar as contribuições de Gondar (2014), Pombo (2018) e Martins e Poli (2018). Gondar (2014) toma a discussão ocorrida na França sobre o casamento igualitário (PACS) como analisador para mostrar como diversos psicanalistas se posicionaram contrários a essa demanda, valendo-se de operadores psicanalíticos, como ordem simbólica e diferença sexual. Na leitura dos autores analisados por Gondar, correr-se-ia o risco de um apagamento da diferença a partir da possibilidade de união e de adoção de crianças por sujeitos do mesmo sexo. O que se faz ver no argumento da autora é que muitos psicanalistas partem de uma premissa de que a diferença sexual atua como um invariante antropológico e que existe ontologicamente em si. Gondar recupera autores como Jaques Alain-Miller e alguns membros da sua escola que se mostraram simpáticos a essa questão, buscando afastar a psicanálise de discursos declinológicos. Porém, Miller sustenta que estaríamos experimentando não a abolição da diferença sexual ou o declínio da imago paterna, mas uma feminização do mundo. Para Gondar (2014, p. 56), isso apenas mudaria os termos, mas não enfrentaria o problema, pois “[...] a subjetivação e os laços sociais continuam referidos a uma ontologia da diferença sexual”. Por fim, questiona: “e se for justamente a ontologia da diferença sexual – e não a masculinização ou a feminização do mundo – que estiver sendo colocada em xeque nas transformações subjetivas contemporâneas?” (Gondar, 2014, p. 57).

Na parte final de seu trabalho, a psicanalista trabalha com a ideia de limiar, tomada de Walter Benjamin, para pensar em fluxo e movimento, zonas informes e indiferenciadas, potenciais múltiplos, pontos que poderiam aproximar a psicanálise dos estudos *queer*. Pombo (2018) retoma essa proposição, destacando que o limiar é “como uma zona de transição, que remete a mudança e fluxo. Não é um limite, porque enquanto este estabelece duas posições e indica um para além, o limiar implica movimento contínuo, trânsito” (Pombo, 2018, p. 556). Logo, “a abordagem da diferença pela lógica do limiar e do espaço potencial significa, portanto, admitir que as sexualidades e os modos de sexuação são múltiplos e permanentemente inacabados, são passagens para uma forma que não chega a ser atingida⁸” (Pombo, 2018 p. 558, grifo nosso). A perspectiva da lógica do limiar aproxima-se da proposição das multidões *queer* de Preciado, como veremos a seguir. Além disso, ela também reverbera com outras proposições de Pombo, que é pensar a diferença sexual não como uma estrutura binária e estanque, condição prévia da subjetivação, mas sim como um dispositivo. Pensá-la por essa via “é aceitar que pode haver então outros dispositivos discursivos, outros códigos para (re)pensar os indivíduos e as sexualidades, aceitar que novas diferenciações são possíveis que não aquela binária, anatômica, hierárquica, que já se revela ultrapassada” (Pombo, 2019, p. 7).

Ainda sobre a questão da diferença e dos estudos *queer*, Martins e Poli (2018) apontam que uma possível convergência dos estudos *queer* com a psicanálise possa se dar justamente pela categoria de diferença. Isso se daria pela invenção de uma epistemologia em comum que estaria atravessada pelo conceito de pura diferença “ou de diferença não binária, que nos permite discutir a transexualidade para além dos marcos do Édipo” (Martins & Poli, 2018, p. 65). Para as autoras, os psicanalistas não podem se furta à discussão teórica e política implicada nas identidades trans e mostram-se críticas a algumas abordagens lacanianas que tratam a diferença sexual enquanto anatomia como a diferença, pois “o apelo à consistência material de uma diferença entre os sexos, comumente imputada à anatomia, assume ares normativos” (Martins & Poli, 2018, p. 57).

Apontamos aqui algumas possibilidades de leitura que destoam da produção mais corrente no campo psicanalítico em torno da diferença sexual, afastando-nos de uma posição estrutural com ar ahistórico e universalizante para destacar

8 Gondar (2014) e Pombo (2018) estão referindo-se criticamente às fórmulas lacanianas da sexuação.

seu caráter histórico-contingente. Não se trata de negar certas diferenças na materialidade dos corpos, mas sim de pensar sobre o uso que disso se faz em psicanálise. Por que a “diferença” fica quase sempre associada à diferença dos sexos, com a “recusa” de tal “fato” implicando a própria exclusão do sujeito da categoria da neurose? Seria a diferença dos sexos o pilar que, quando questionado, ameaçaria os assentamentos da estrutura teórica? Nossa posição é a de que, se a psicanálise não levar em consideração que a concepção de diferença-sexual foi produto de sua inscrição histórica e cultural, criando um verdadeiro dispositivo diferençasesexual (Arán, 2009), se mantivermos a visão de que ela é um dado natural e inquestionável, o que vai se produzir diante da diversidade que vivemos e noticiamos hoje são leituras por vieses deficitários e declinológicos que legitimam discursos conservadores e excludentes (Gondar, 2014; Pombo, 2018, 2019).

Diferença Sexual em Debate: Entre Butler e Preciado

“Por que não poderia ser o caso de estarmos na borda da diferença sexual para qual a linguagem da diferença sexual não é suficiente, e que isso seja, de certa maneira, consequência de um modo de entender o corpo como constituído por e constituindo múltiplas forças?”. (Butler, 2004, pp. 197-198, tradução nossa)

Partindo de Porchat (2014) destacamos que a problemática da diferença sexual pode ser pensada pelo menos de duas formas na obra de Butler. Em *Problemas de Gênero* (Butler, 1990/2016), a diferença sexual é discutida e criticada por Butler por estar associada à heterossexualidade compulsória, agindo de modo a conferir inteligibilidade para os corpos que responderiam adequadamente a essa diferença. Logo, é resguardada à heterossexualidade essa condição, enquanto demais corpos ficariam relegados ao lugar da abjeção. Nesse momento, Butler está discutindo diretamente com a teoria lacanianiana e com alguns lacanianos que objetaram suas hipóteses (Zizek, Copjec). Conforme destaca Porchat (2014, p. 120):

[...] a preocupação de Butler diz respeito, o tempo todo, à possibilidade de incluir os gêneros não-inteligíveis de maneira não-patológica dentro do campo humano. É a partir dessa perspectiva que ela avalia o modo como estes conceitos lacanianos aparecem e são utilizados, seja na clínica, seja na mídia, seja no campo jurídico, através de pareceres que auxiliarão juízes em suas decisões sobre adoção, casamento, mudança de documentação, autorização para cirurgia, etc.

Em *Undoing gender*, umas das preocupações de Butler é refletir sobre como diferentes teorias (poderíamos incluir as teorias feministas e psicanalíticas) podem se engajar com diferentes transformações sociais, de modo que as teorias se convertem em diferentes práticas. A teoria psicanalítica, sendo parte dessa discussão, também contribui para questionar, incluir ou excluir sujeitos dos regimes de inteligibilidade. cremos que, quando volta a debater sobre a diferença sexual, Butler o faz utilizando o conceito de pulsão, ausente em suas proposições anteriores, atenta às possibilidades conceituais da psicanálise que podem auxiliar em leituras mais críticas e plurais dos processos de subjetivação.

A psicanálise pode ter um papel importante no questionamento das sexualidades que não se conformam às normas binárias de gênero e o conceito de pulsão serve para ilustrar um lugar entre o biológico e o cultural, pois não é exclusivamente nem um nem outro (Butler, 2004). A diferença sexual é também psíquica e social, de modo que se torna difícil determinar onde começa um e onde termina o outro. Tal aproximação com o conceito de pulsão se faz valer quando Butler diz que:

[...] tal como a entendo, a diferença sexual é o lugar onde se coloca e se recoloca a pergunta da relação entre o biológico e o cultural, onde deve e pode se colocar, mas onde, falando rigorosamente, ela não pode ser respondida. Entendida como um conceito fronteiro, a diferença sexual tem dimensões psíquicas, somáticas e sociais que nunca são totalmente colapsáveis uma na outra, mas não são, por essa razão, distintas. (Butler, 2004, p. 186, tradução nossa)

Esse é um ponto comum entre Butler e Preciado, pois ambos apontam para possibilidades de se pensar um contexto múltiplo, e não estanque e binário. Preciado (2004/2014) propõe um contrato crítico acerca das naturalizações adquiridas ao longo do tempo por concepções como homem/mulher, heterossexual/homossexual. Sua proposta contrassexual é uma análise dos efeitos normalizadores dos sistemas de sexo e gênero. Nessa perspectiva, os sujeitos veriam uns aos outros muito mais como corpos falantes que por uma separação imposta pela diferença sexual. A sexualidade dentro do regime contrassexual age como uma tecnologia do corpo e não por oposições binárias. Vemos aqui, novamente, a ideia de multiplicidade.

A contrassexualidade joga com duas temporalidades. A temporalidade lenta diz da resistência às mudanças e teria na fixidez das ideias de diferença sexual, ordem simbólica e universais transculturais expressões de seu funcionamento, de modo que tentativas de resignificação apontariam para um desbussolamento apocalíptico dos sujeitos. O trabalho da contrassexualidade deve intervir aqui. Podemos inserir nessa temporalidade parte do discurso psicanalítico que falha em sua reflexividade interna

e produz diagnósticos declinológicos e nostálgicos do passado, destituindo a psicanálise de suas origens transgressoras e aproximando-se de uma pedagogia prescritiva de gênero (Tietboehl, Cavalheiro, & Kveller, 2018).

Já a temporalidade fractal, por seu escape ao que é prescrito (e por seu escape à própria lógica linear de uma prescrição), seria o “campo efetivo em que a contrassexualidade incorpora as tecnologias sexuais ao intervir diretamente sobre os corpos, sobre as identidades e sobre as práticas sexuais que destes derivam” (Preciado, 2004/2014, p. 24).

Em consonância com o que trouxemos inicialmente acerca do gênero, Preciado (2011, p. 14) diz que o “gênero se torna o indício de uma multidão”. Sua proposição das multidões *queer* é pensá-las como um dispositivo de ação política engendrado pelas dissidências de gênero. Não se trata, contudo, de pensar essa multidão em “relação com um ‘terceiro sexo’ ou com um ‘além dos gêneros’”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes” (Preciado, 2011, p. 16). A multidão *queer* se opõe aos binarismos essencializantes e impermeáveis a uma análise histórico-contingente. Para o pensamento *queer*: “[...] não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (Preciado, 2011, p. 18).

As referências apresentadas até aqui apontam para a dimensão ética e política e para a necessidade dessas discussões em psicanálise. As formas como as autoras e autores abordam as questões das dissidências de gênero é múltipla e, por seus argumentos, podemos sublinhar que aqueles que pensam ser possível cindir a psicanálise de uma prática política, ou que simplesmente não mencionam esse aspecto, tendem a produzir discussões excessivamente imaginizadas, frequentemente com um *quê nostálgico*⁹. Por sua vez, os autores apresentados neste trabalho estão atentos às implicações ético-políticas suscitadas pelas dissidências de gênero, apontando que os conceitos precisam ser historicizados e repensados, e que os saberes são sempre situados. Ao mesmo tempo, recuperam aquilo que da psicanálise pode ser utilizado para uma subversão e positivação dessas experiências, para além da patologização.

Dissidências de Gênero para além do Caos e a Questão da Contratransferência

Nesta seção analisaremos mais extensamente um trabalho de Cunha (2013) que oferece possibilidades interessantes para pensarmos sobre as dissidências de gênero em psicanálise. Posteriormente, ampliamos a discussão para outros autores, especialmente, para pensar no papel da contratransferência que as experiências que interrogam a heteronorma podem provocar.

Cunha (2013) realiza um resgate histórico da utilização e da subversão do termo *queer* para resumidamente abordar alguns pressupostos da “teoria *queer*”. Um desses pressupostos é o questionamento à heteronormatividade, o que, segundo o autor, questiona a própria norma e a matriz de inteligibilidade oferecida por esse enquadramento normativo, além da crítica da identidade e a possibilidade de se pensar a experiência subjetiva por uma via não identitária. O resgate histórico e o movimento *queer* são o mote para o psicanalista apontar como se dá a recepção de algumas dessas propostas pelo discurso psicanalítico. Seu texto também se orienta por, pelo menos, duas formas diferentes de analisar essa recepção: uma que desqualifica a teoria *queer*, aproximando-a da estrutura clínica da perversão, e outra que procura pensar quais seriam os efeitos para psicanálise de tais questionamentos. Para Cunha (2013, para. 4), “a crítica radical da psicanálise à teoria *queer* se estabelece quando o que se coloca em questão é o suporte teórico-político oferecido pelos teóricos *queer* aos transexuais e a outras performances de gênero”.

Nesse eixo, Cunha traz a contribuição de diversos autores (Macary-Garipuy, Smirgel, Flores, Braunstein, Lebrun), apontando como algumas chaves de leitura se mostram repetitivas na compreensão psicanalítica, destacamos: vinculação do gênero ao registro do imaginário; acusações de que a teoria *queer* desprezaria o real, especialmente, o “real do corpo”; apoio repetitivo na ideia de um gozo ilimitado e mortífero e de uma exaltação da onipotência infantil. No outro eixo, é proposto um diálogo com autores como Javier Saez, Juan Bauzá e Tim Dean, que apostam em algumas aproximações, cada um a seu modo, entre o campo psicanalítico e o *queer*. Algumas dessas aproximações encontram ressonâncias na proposta freudiana da sexualidade perverso-poliforma e em contribuições lacanianas, especialmente aquelas desenvolvidas ao longo dos seminários 19 e 20. Mesmo o real, tal qual lido por Saez, entraria nessa discussão, porém aqui:

[...] real não se referiria a um ponto de ancoragem na materialidade do corpo e sim a uma dimensão de indeterminação e negatividade que seria central à experiência do ser falante e da qual Foucault não teria se dado conta em sua crítica da compreensão psicanalítica do sexo. (Cunha, 2013, para. 25)

9 O recente trabalho de Triska (2020) faz uma excelente análise crítica sobre produção freudo-lacianiana acerca da contemporaneidade, mostrando que a insistência em um discurso nostálgico é contraproducente à psicanálise.

Por essa leitura, podemos tomar o real como negatividade, o que implica vazio e não uma falta que deveria ser preenchida, como apontam os autores que insistentemente falam do “real do corpo¹⁰”. Essa leitura também vai ao encontro de algumas proposições de Safatle (2005) quando diz que, diferentemente do imaginário e do simbólico, o real carece de um operador definitivo, logo não é possível prendê-lo à anatomia.

Para Cunha (2013), às aproximações entre a psicanálise e a teoria *queer* se apresentam como possibilidade quando se trata da homossexualidade, porém quando o que está em questão são práticas socialmente menos inteligíveis, como o sadomasoquismo ou as identidades trans e travestis, tal diálogo seria ainda mais difícil e “[...] voltaria à cena a velha categoria de perversão, tão familiar ao universo da norma e de seus desvios” (Cunha, 2013). Haveria um câmbio discursivo e de interesse por parte do discurso psicanalítico que passou a assimilar a homossexualidade (e isso acontece justamente quando há uma série de direitos sociais assegurados aos homossexuais que muito se aproximam da heterossexualidade) como algo mais próximo da normalidade, resguardando à figura do transexual o lugar do “bizarro”. A hipótese do autor é amparada na literatura psicanalítica mais recente, na qual observamos uma proliferação na produção acerca das transidentidades e uma queda em relação à homossexualidade¹¹. O psicanalista aponta um movimento de repetição da própria psicanálise, que hoje produz um discurso específico e, muitas vezes, psicopatologizante da transexualidade, como outrora o fez em relação à homossexualidade.

O que a reação distinta, face aos homossexuais e aos transgêneros, deixa aparecer são os limites que a psicanálise parece encontrar ao se deparar com a ruptura radical da norma da divisão binária de gêneros enquanto fundamento necessário do laço social, ao que a homossexualidade normalizada do século XXI não parece visar, já que está razoavelmente acomodada ao modelo da união monogâmica e da filiação. Ruptura essa que as performances de subversão de gênero, até mesmo mais do que os transexuais submetidos à cirurgia de transgenitalização, parecem dispostas a empreender. (Cunha, 2013, para. 40)

Autores como Ayouch (2015b) afirmam que pensar sobre as transidentidades no ocidente implica considerar os poderes médicos e jurídicos envolvidos na sua gestão. A psicanálise tem um importante papel nessa discussão e deveria afastar-se desses discursos de modo a romper com o discurso psiquiátrico, pois quando a psicanálise “[...] considera a transexualidade como uma categoria que existe ontologicamente, em si, ela se torna antipsicanalítica, produzindo uma resistência a si mesma e ao seu exterior” (Ayouch, 2015b, pp. 23-24). O psicanalista mostra como houve/há uma predominância do discurso patologizante em torno da temática trans, que agiria como uma espécie de filiação psiquiátrica da teoria psicanalítica. Dentro dessa herança poderíamos encontrar, pelo menos, duas direções: “um freudismo norte-americano medicalizado e um lacanismo indignado denunciando os desregramentos da medicina e a queda do Simbólico” (Ayouch, 2015b, p. 23).

Em *Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados*, Ayouch (2016) discute sobre, pelo menos, três violências historicamente produzidas pelo discurso psicanalítico em relação às transidentidades: 1) violência clínica, relacionada à “restauração de uma conformidade binária de gênero após as transições” ou ainda na condução clínica que visa desestimular o paciente ao processo de transição; 2) violência teórica, facilmente identificável na hostilidade de, pelo menos, 50 anos de produção psicanalítica que generaliza e patologiza a condição trans sem maiores questionamentos; e 3) violência ética, ao assumir uma posição de detenção do conhecimento e no não questionamento/análise da contratransferência (Ayouch, 2016, p. 3). Analisar as possibilidades de alcance das ferramentas psicanalíticas passa por uma análise das teorias implícitas dos/das psicanalistas; importa considerar, nessa análise, quais são as representações de gênero e quais são as possibilidades de escuta daquilo que foge a essas representações.

Martins e Poli (2018) mostram o quanto as primeiras gerações de psicanalistas lacanianos produziram teorias massivamente patologizantes que provocaram, e ainda provocam, efeitos nefastos na escuta analítica. Um dos elementos que pode facilitar essa massificação psicopatologizante é que, nessas teorias, fica excluída a análise da contratransferência. Esse também é o caminho trilhado por Ayouch (2015b), que retoma diversas leituras psicanalíticas acerca das transidentidades destacando a pouca criatividade teórica, o que pode levar a certa turvação da escuta analítica. As generalizações de algumas ideias de Stoller, Czermak, Frignet e Chiland remontam à patologização psiquiátrica e “[...] partem da mesma normatividade dimorfista e heterocentrada” (Ayouch, 2015b, p. 26).

A questão da importância da análise da contratransferência também é retomada por Bulamah e Kupermann (2016). Os autores apresentam uma análise histórica de como os relatos de tratamento de pacientes transexuais apareceram em algumas revistas de psicanálise¹². Fica claro que a não análise de aspectos contratransferenciais leva a uma série de preconceitos e

10 Essa chave de leitura é encontrada em diversos artigos presentes no livro editado por Mariotto (2018) que trata da temática: psicanálise, gênero e sexualidade na infância e na adolescência.

11 Essas informações são provenientes da análise e do cruzamento dos termos “psicanálise e gênero”, “psicanálise e transexualidade”, “psicanálise e homossexualidade” e “transexualidade” nas bases Pepsic e Scielo. Para maiores detalhes também ver Cavalheiro (2019).

12 Apesar de mencionarem Chiland, o foco dos autores é em analistas não-lacanianos em função das revistas que são utilizadas (revistas ligadas à IPA).

entendimentos que priorizam uma busca etiológica pelo que “deu errado” no desenvolvimento dos pacientes. Para Ayouch (2015b), o sentimento *infamiliar* provocado na mente do analista pelas experiências transidentitárias mostra o quanto somos afetados por essa questão e que seria importante pensar no papel que a contratransferência desempenha, uma vez que “[...] deixar não analisada a contratransferência produz vínculos terapêuticos mais mortíferos” (Ayouch, 2015b, p. 26). Ao discutir algumas produções psicopatologizantes acerca das homossexualidades, Ayouch (2015a) aponta que a não análise da contratransferência também pode produzir possíveis efeitos projetivos.

Para Gherovici (2018), as discussões em voga sobre as transidentidades oferecem uma boa oportunidade para a psicanálise repensar alguns de seus discursos. A psicanalista também recorre a um extenso levantamento bibliográfico, pensado sobre a relação entre a psicanálise e a sexologia, passando por autores como Hirschfeld, Cauldwell e Money, para mostrar como várias prerrogativas da sexologia acabaram tomando outro rumo com as teorias pósfreudianas em relação às sexualidades “não normativas”¹³. Hoje seria um momento propício para que “[...] os psicanalistas abandonem as atitudes moralistas e estigmatizantes das gerações anteriores de clínicos que, intrigados pelo fenômeno transgênero, dificilmente disfarçavam, em seus comentários depreciativos, seu medo e desprezo e apoiavam posições contrárias à teoria psicanalítica” (Gherovici, 2018, p. 132). Para isso, ela retoma um trabalho de Lothstein que assinalava para um gerenciamento da “contratransferência negativa” que o analista poderia sentir diante de pacientes transexuais. O que se observa aqui é uma associação direta entre contratransferência negativa e transgressão de gênero. As identidades trans estariam mudando a práxis da clínica, e os argumentos psicanalíticos clássicos de que transexuais repudiariam seus órgãos ou procurariam extirpá-los não são, de acordo com Gherovici, encontrados em sua clínica. Aqui também vale destacar que, em nossa prática clínica, encontramos afinidade com a da autora. A “questão trans” estaria mais ligada a “encontrar uma nova maneira de ser” (Gherovici, 2018, p. 137). Em seu entendimento, a noção psicanalítica de bissexualidade poderia se aproximar da proposta *queer* em pensar os gêneros mais como um espectro e menos como categorias binárias estanques.

Seguindo a linha de raciocínio da autora, questionamos: é possível oferecer uma escuta que positive esse tipo de experiência, quando esse for o caso, quando se fica preso em categorias diagnósticas *a priori*? Como ficam as possibilidades de abertura ao novo e ao desconhecimento quando o analista satura suas interpretações antes mesmo que o paciente possa enunciar-se em sua singularidade? Parece que a máxima psicanalítica da “hipersingularidade do sujeito” também está atravessada pelos enquadramentos de inteligibilidade que ditam quais corpos são dignos de ser pensados de forma singular e quais são simplesmente generalizados e novamente relegados à esfera da abjeção. Afinal, como diz Cunha (2017, pp. 10-11):

É enquanto discurso de poder, portanto, que a psicanálise deve ser alvo de uma operação de quebra das hierarquias discursivas cujo objetivo é a abertura de possibilidade de que vozes antes silenciadas possam agora se apresentar e enunciar a verdade de sua própria experiência subjetiva.

Considerações Finais

O interesse do discurso psicanalítico pela temática das dissidências de gênero se mostra evidente, e o aumento exponencial no número das publicações sobre essa temática, nos últimos 10 anos, talvez seja o melhor analisador dessa questão. Diante disso, parece-nos importante pensar sobre os efeitos que os enunciados psicanalíticos produzem no campo sociopolítico e questionar esse interesse súbito. Será que as produções mais recentes buscam diálogo e interlocução com os diferentes campos que também pensam sobre as transidentidades e travestilidades e sobre as dissidências de gênero? Ou será que agem no sentido de reificar uma posição de soberania da psicanálise com intuito de preservar seu campo e seu espaço em uma suposta posição de saber?

Acreditamos, em consonância com a maioria dos autores aqui citados, que a psicanálise dispõe de ferramentas que permitem uma leitura particular dos processos de subjetivação. Isto, entre outras coisas, implica em considerar criticamente a incidência da norma nesse processo, pois não podemos esquecer que também há uma dimensão inconsciente da norma e que o próprio inconsciente é construído “normativamente” (Butler, 1997/2017).

Em virtude do que foi mencionado, gostaríamos de colocar algumas questões que nos parecem relevantes. Destacamos a necessidade de sustentar uma escuta analítica que não parta da associação direta entre diversidade de gênero e patologia ou déficit, que não procure explicar como alguém se torna X ou Y (Van Haute & Geyskens, 2016). Defendemos ainda que, por mais que trabalhe com a subjetividade e a particularidade de cada caso, a violência, a precariedade e a vulnerabilidade marcam mais alguns corpos que outros. A proposição de se pensar sempre na singularidade não deve excluir a consideração, por parte do analista, da violência física e simbólica a que alguns grupos estão mais expostos.

13 No artigo sexualidades não normativas aparecem como aquelas que diferem da heterossexualidade.

Conforme lembra Katz, Gurfinkel, e Canelas Neto (2017, para. 43):

[...] atualmente, tendo a pensar que é ilusório acreditarmos que o analista deveria ficar, sempre que possível, isento, imune, neutro, no decorrer de uma análise. A experiência clínica foi me mostrando que, na análise, sempre estamos diante de um incômodo singular com cada novo paciente. E isso não melhora com o tempo; não atingimos um dia uma condição confortável, mais lúcida e isenta. A situação analítica nos é sempre perturbadora.

Por fim, questionamos, no que tange à questão da diferença sexual, se a diferença se dá mais pela via da multidão do que pela do binarismo sexual. Se sustentarmos uma psicanálise que se apoie nessa concepção da multiplicidade como ponto de “situação” do sujeito ao invés de um modelo binário que tende a generalizações, será que poderíamos apostar em uma psicanálise pós-paradigma da diferença sexual?

Referências

- Ambra, P. E. S. (2017). *Das fórmulas ao nome: Bases para uma teoria da sexualização em Lacan*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; Sorbonne Paris Cité - Université Paris Diderot, São Paulo.
- Ambra, P. E. S. (2018). Gênero e epistemologia psicanalítica. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.), *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina* (pp. 81-93). Curitiba: Calligraphie.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673.
- Ayouch, T. (2015a). *Psicanálise e homossexualidade: Teoria, clínica, biopolítica*. Curitiba: CRV.
- Ayouch, T. (2015b). Da transexualidade às transidentidades: Psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 54(28), 23-32.
- Ayouch, T. (2016). Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Periódicus*, 5(1), 3-6.
- Birman, J. (2000). A derrota da intolerância? In P. Amarante (Org.). *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 95-105). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Bulamah, L. C., & Kupermann, D. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais, *Periódicus*, 5(1), 73-86.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. London: Routledge.
- Butler, J. (2016). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (3a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1990)
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica. (Originalmente publicado em 1997)
- Cavalheiro, R. (2019). *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: Notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2).
- Cunha, E. L. (2016a). Para além da questão homossexual: A psicanálise em sociedade. Posfácio In: L. C. Bulamah, *História de uma regra não escrita: A proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico* (pp. 203-210). São Paulo: Annablume.
- Cunha, E. L. (2016b). A psicanálise e o perigo *trans* (ou: por que os psicanalistas têm medo de travestis?). *Periódicus*, 5(1), 7-22.

- Cunha, E. L. (2017). Sexo, norma e verdade: a psicanálise entre sujeição e subjetivação. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Org.), *Anais da III Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura*. Porto Alegre: UFRGS.
- Fiorini, L. (2015). Desconstruindo o conceito de função paterna: Um paradigma interpelado. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 22(2), 479-491.
- Fiorini, L. (2017). Subjetividades em transição, parentalidade contemporâneas: Diversidade e diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 91-102.
- Freud, S. (2010a). Sobre a sexualidade feminina. In S. Freud, *Obras completas* (Vol.18, pp. 371-398). São Paulo: Cia das Letras. (Originalmente publicado em 1931)
- Freud, S. (2010b). Feminilidade, conf. 33. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 263-293). São Paulo: Cia das Letras. (Originalmente publicado em 1933)
- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 284-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente Publicado em 1925)
- Freud, S. (2015). Sobre as teorias sexuais infantis. In S. Freud, *Obras completas* (Vol.8, pp. 390-411). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Originalmente publicado em 1908)
- Gherovici, P. (2018). A psicanálise está preparada para a mudança de sexo? *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 10(2), 130-139.
- Goldenberg, R. (2018). *Desler Lacan*. São Paulo: Instituto Langage.
- Gondar, J. (2014). Sexualidades: Fronteiras, limites, limiares. *Cadernos de Psicanálise*, 36(31), 51-68.
- Green, A. (1999). *Las cadenas de eros*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Gruman, P. (2018). *L'abjection de la femme chez Freud et Lacan*. Mémoire de Recherche, UFR D'études Psychanalytiques. Paris: Université Paris Diderot.
- Katz, C. S., Gurfinkel, D., & Canelas Neto, J. M. (2017). O homem dos pesadelos. *Percurso*, (58). Link
- Laqueur, T. (1990). *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard Univeristy Press.
- Mariotto, R. M. M. (2018). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalítica*. Salvador: Ágalma.
- Martins, A. C. B. L., & Poli, M. C. (2018). Transexualidade e norma sexual: A psicanálise e os estudos queer. *Subjetividades*, 18(esp.), 55-67.
- Mattos, A., & Cavalheiro, C. (2020). Da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. *Childhood & Philosophy*, 16, 1-20.
- Pombo, M. (2016). *Diferença sexual e função paterna na contemporaneidade: Novos possíveis*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pombo, M. (2018). Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 21(3), 545-567.
- Pombo, M. (2019). Estrutura ou dispositivo: Como (re)pensar a diferença sexual hoje? *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-11.
- Pontalis, J. B. (2005). *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias e Letras.

- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: Desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá Editora.
- Porchat, P. (2018). Barulhos de gênero. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina* (pp. 35-43). Curitiba: Calligraphie.
- Preciado, P. B. (2011). Multidões queer: Notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Preciado, P. B. (2014). *Manifesto contrassexual* (2a ed.). São Paulo: n-1 edições. (Originalmente publicado em 2004)
- Preciado, P. B. (2019). *Nossos corpos trans são um ato de dissidência do sistema sexo-gênero*. Link
- Rassial, J-J. (2004). Entrevista: Questões pós-modernas e psicanálise. *Percurso*, 31/32, 135-148.
- Rodrigues, C. (2017). Outras hipóteses de escuta para o significante gênero. In Universidade de Campinas (Org.), *XVII Jornada Corpolingagem e IX Encontro Outrarte*. Campinas, Unicamp.
- Rubin, G. (2017). *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1975)
- Rubin, G, & Butler, J. (2003). Tráfico sexual: Entrevista. *Cadernos Pagu*, (21), 157-209.
- Safatle, V. (2005). Uma clínica do sensível: A respeito da relação entre destituição subjetiva e primado do objeto. *Interações*, 10(19), 123-150.
- Sodré, M., & Arán, M. (2012). Considerações contemporâneas sobre a noção psicanalítica de diferença sexual. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 293-326.
- Teixeira, M. R. (2017). Gênero, semblante e gozo – aproximações e diferenças. Link
- Tietboehl, L., Cavalheiro, R., & Kveller, D. (2018). Quem tem medo de criança queer? Alguns questionamentos às normatividades em Psicanálise. *Periódicus*, 9(1), 234-247.
- Triska, V. H. C. (2020). Pai: obstáculo epistemológico? *Psicologia USP*, 31, 1-10.
- Van Haute, P. & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Zambrano, E. (2018). Diálogos de uma psicanalista com a Antropologia: um relato pessoal. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 17-33). Curitiba: Calligraphie.

Como citar:

Cavalheiro, R., & Silva, M. R. (2020). *Psicanálise e Dissidências de Gênero: Questões para Além da Diferença Sexual*. *Revista Subjetividades*, 20(3), e9793. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9793>

Endereço para correspondência

Rafael Cavalheiro
E-mail: rafaelatler@gmail.com

Milena da Rosa Silva
E-mail: milenarsilva@hotmail.com

Recebido em: 31/07/2019

Revisado em: 09/08/2020

Aceito em: 23/08/2020

Publicado online: 23/12/2020